

QUEM REPRESENTA OS DEPUTADOS ESTADUAIS PETISTAS DO PIAUÍ? Ao estado ou aos seus redutos eleitorais?¹

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva²

Nayse Vieira Barros³

RESUMO:

A presente investigação procura desvendar se o Partido dos Trabalhadores (PT) se iguala na arena eleitoral aos outros partidos tipo *cath-all* e levados pelo modelo de *vote-maximizing*. Para tanto, investiga os deputados estaduais do PT no Piauí através de suas emendas parlamentares. Justifica-se na postura que o PT sempre assumiu de ser diferente dos demais partidos e não se interessar em mercados eleitorais, por conta de sua conduta ética e transparente. Observa-se que o PT para conseguir se eleger ele tem que mudar sua postura tradicional para uma outra semelhante aos demais partidos.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores, Piauí, Deputados Estaduais, Emendas Parlamentares.

ABSTRACT:

The present investigation seeks to unravel the Labor Party in the electoral arena is equal to other parties such catch-all and taken by vote-maximizing model. To do so, investigates the state representatives of the PT in Piauí parlamentares. Justified the stance that the PT has always assumed to be different from other parties and not interested in electoral markets, because of its ethical and transparent conduct. It is observed that the PT to achieve if elected he has to change its traditional posture to another similar to the other parties.

Keywords: Workers' Party, Piaui, State Representatives, Parliamentary Amendments.

INTRODUÇÃO:

Após várias tentativas de chegada ao poder o Partido dos Trabalhadores – PT – chega ao posto máximo da democracia brasileira em 2003. Ascende ao comando do estado brasileiro um partido de história ética e transparente, um partido comprometido com os valores da democracia e sob o signo da mudança, em particular, empenhado em expurgar a corrupção, o clientelismo, o caixa dois, temas que há muito atacava no papel de oposição. A magnitude do evento se faz pela chegada inédita de um partido historicamente alinhado com os anseios dos menos favorecidos e com uma bagagem ética necessária para o momento ainda persistente de

¹ Trabalho apresentado à I Semana Acadêmica de Ciência Política & X Seminário de Ciência Política - UFPI

² Doutorando em Sociologia (UECE) e Mestre em Políticas Públicas (UFPI), professor da Estácio Teresina.

³ Bacharel em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT.

práticas privativas do público (BEZERRA, 1999; LEAL, 2005). Dessa forma, *a priori* os petistas que se fizeram representantes perante as urnas eleitorais vieram sob o signo da melhoria da condição de vida e uma ruptura com as chamadas oligarquias dominantes (LIMA, 2009).

No mesmo ano de 2003 em que o Partido dos Trabalhadores consegue eleger o executivo federal, elege ainda o governador do Piauí, o seu primeiro mandato no estado piauiense, que assim como o seu Presidente eleito vem sob o signo da mudança de rumos para a política, a exemplo do afastamento das práticas clientelistas e de privatização do público. Tais promessas levariam à cabo o que Ames (2003) encontrou em suas investigações sobre o Brasil – um país caracterizado por uma conduta municipalista da alocação dos recursos políticos em troca de votos.

Assim, o objeto central da presente investigação é analisar a representação dos petistas no governo que se fez de 2003-2006 e 2007-2010, em particular, a representação dos parlamentares piauienses que atuam na Assembléia Legislativa. A inquietação central é: os deputados estaduais petistas do Piauí são representantes de quem?

A análise focaliza a remessa de Emendas Parlamentares dos Deputados Estaduais petistas do Piauí. Procura saber: Os Deputados Estaduais do PT no Piauí enviam suas emendas principalmente aos municípios onde obtiveram sua maioria de votos? Ou como atuam como se apresentaram nas eleições – representantes diretos da sociedade como um todo?

Para responder às questões a investigação seguiu os caminhos do método qualitativo, em particular, uma coleta de votos dos Deputados Estaduais petistas via Tribunal Regional Eleitoral – Piauí (TRE-PI), assim como uma coleta das Emendas Parlamentares na Assembléia Legislativa. Os Deputados em análise são os que atuaram no período de 2003-2006 e 2007-201, são eles: Paulo Martins, João de Deus, Cícero Magalhães, João Henrique Rebêlo e Flora Isabel. Assis Carvalho, Deputado Estadual Eleito nesses períodos, não entra no processo analítico pois foi em sua maior parte do tempo secretário de estado.

Essa preocupação se faz importante ao passo que notoriamente surgem em cena os escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores nos anos de 2005 e 2006⁴ (HUNTER, 2007), além do capítulo que envolveu os petistas como protagonistas do engavetamento das acusações ao Presidente do Senado José Sarney em 2009. Nessa mesma direção, podemos destacar no Piauí a ausência de planejamento característicos dos governos tradicionais anteriores (LIMA, 2009) e a constatação de filiados petistas na criação de

⁴ Os escândalos são o *caixa dois* e o *mensalão*, que fora repercutido nacional e internacionalmente abalando, assim, a imagem ética do Partido dos Trabalhadores.

associações e Organizações Não-Governamentais para captar recursos públicos destinados à implantação de assentamentos agrários em Piracuruca, Piauí (SILVA, 2009).

No entanto, a investigação se faz necessária para identificar a quem representa os Deputados Estaduais petistas piauienses, no período de 2003-2006 e 2007 aos dias atuais, além de contextualizar o comportamento do partido nos dias atuais.

Para tanto o relato da investigação se divide em três partes, a saber: uma análise teórica da postura política no Brasil e no Piauí, em particular, sobre as peculiaridades das trocas assimétricas que caracterizavam os governos anteriores à chegada do PT nos Executivos federal e estadual (Piauí); uma compreensão do papel político do PT nos anos anteriores a 2003, e; um levantamento qualitativo para identificar a atuação petista dos deputados piauienses via Emendas Parlamentares.

1 A PREPONDERÂNCIA DA TROCA ASSIMÉTRICA NO BRASIL E PIAUÍ

Para entender a lógica política do Brasil após o advento democrático tem-se que situar o modelo de seleção dos representantes, em particular, os que ocupam as vagas legislativas. O modelo adotado na Constituição de 1988 é o Proporcional de Lista Aberta, em que consiste, de acordo com Nicolau (2004) em um cálculo de Quota Eleitoral –

$$Q_e = \frac{\text{número total de votos válidos}}{\text{número total de cadeiras}}$$

É importante destacar que o Código Eleitoral brasileiro diz que os votos pertencem ao partido político e não ao candidato, observa-se, assim, o texto do Art. 4.º da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 “Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias”⁵.

O sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista (NICOLAU, 2007, p. 99)

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 10/04/2011.

Os votos sendo dos partidos como os candidatos são eleitos? A eleição se dá através de uma lista denominada aberta, isto é, após o cálculo da Quota Eleitoral, faz-se a Quota Partidária

$$Q_p = \frac{\text{Quota Eleitoral}}{\text{Número total de votos do partido}}$$

Assim, chega-se ao número de cadeiras reservada ao partido. Os ocupantes das cadeiras reservadas ao partido serão os mais votados em número igual ao das cadeiras conquistadas, por exemplo: se um partido conquista 04 cadeiras os eleitos serão os 04 mais votados do partido, por isso lista aberta (NICOLAU, 2004). “É importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como uma única lista; ou seja, os mais votados da coligação entre os partidos, independentemente do partido ao qual pertençam, elege-se” (NICOLAU, 2007, p. 99).

Até aqui foi visto como se elege um parlamentar, mas qual o motivo de se mencionar trocas assimétricas? Por um lado a lista aberta favorece a listagem democrática e proporcional da representação, por outro incentiva a corrida eleitoral não somente entre partidos, mas ainda, uma competição entre os candidatos do mesmo partido. Assim os parlamentares buscam o voto a todo o custo, mesmo que o meio venha a ser ilegal, daí o termo troca assimétrica – o candidato detentor de bens materiais e o eleitor despossuído do mesmo, assim o candidato oferta o bem em troca do voto (BAHIA, 2003).

O ambiente da troca assimétrica cria uma arena política competitiva entre partidos e candidatos do mesmo partido. “O método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 321).

A troca assimétrica ainda conhecida como clientelismo é uma prática racional entre os atores políticos (Candidatos x Eleitores). O candidato assim como o eleitor persegue um objetivo, qual seja: o voto (candidato) e os bens materiais (eleitor). Assim, aqui não se procura o julgamento de valor de tal troca, mas identificar a existência desta.

De acordo com Barry Ames (2003, p. 108):

O Brasil se caracteriza pela existência de estados poderosos que agem em função de seus próprios interesses, pela importância dos estados na seleção dos candidatos ao Congresso, por municípios que têm independência para eleger suas administrações locais, pela fraca liderança dos partidos nacionais e pela separação de poderes entre o Executivo e o Legislativo federal. Além disso, enormes desigualdades regionais criam municípios tão pobres que o emprego no governo e os subsídios são fontes essenciais para a renda local. Assim, a política brasileira favorece a provisão de benefícios locais, geograficamente separáveis.

Em outras palavras, Ames (2003) constata em suas investigações que a política local no Brasil é preponderante para as decisões do alto escalão político e vice-versa. São as trocas

assimétricas que direcionam os eleitores aos redutos políticos com um maior número de recursos de barganha, a exemplo das emendas parlamentares que os parlamentares dispõem anualmente para investir naquilo que eles vêem como necessário.

Aqui vem o epicentro da representação. Os parlamentares devem representar o estado como um todo ou uma parcela dos seus municípios, em particular, aqueles que eles têm mais votos? Em 1996, de acordo com um Deputado Federal do PTB-RS um dos papéis preponderantes dos parlamentares é: “atender pedidos dos municípios para a inclusão no orçamento de verbas das dotações orçamentárias para a construção de escolas e estradas” (BEZERRA, 1999, p. 12).

Assim de acordo com Bezerra (1999, p. 16):

A consideração da patronagem e do clientelismo como relações dotadas de uma certa autonomia e racionalidade é um passo importante para a análise aqui desenvolvida, uma vez que abre a possibilidade para se pensar nas trocas serviços, favores, apoios, votos e lealdades entre parlamentares, lideranças políticas locais e autoridades governamentais não como sobrevivência das relações pretéritas ou mecanismos que cobrem certas falhas, mas como relações constitutivas do universo político.

No Piauí não é diferente, pois se encontra sob a égide do mesmo modelo brasileiro denotado por Ames (2003) e Bezerra (1999). É importante destacar isso, pois a instituição política piauiense não se difere das outras presentes nos demais estados brasileiros.

O contexto piauiense é marcado por uma —herança do atraso, uma “[...] possibilidade de que o presente seja de alguma maneira, influenciado pelo passado” (BONFIM; SILVA, 2003, p. 110). Para o interesse da presente investigação destaca-se, em particular, a — herança do atraso no âmbito político.

Assim, do ponto de vista político, um traço que se ressalta na formação social piauiense é a persistência de uma característica de —fechamento de seu subsistema político, no sentido de que o acesso aos recursos de poder estiveram concentrados nas mãos de alguns poucos, que, a partir do controle à entrada, passaram a exercer a prerrogativa de definir quem, ou quem não, deveria ascender às posições de comando da política estadual. Esse é um dos muitos sentidos em que é possível falar de oligarquia, governo caracterizado por formas de recrutamento político baseadas em critérios de adstrição, ou seja, que erguem obstáculos àqueles que desejam participar da vida pública (BONFIM; SILVA, 2003, p. 110).

Ao mesmo tempo em que o Piauí tem a característica do —fechamento do seu subsistema político, o Estado é um dependente histórico política e economicamente da União, o que gera uma marginalização em relação ao governo nacional. O “fechamento” gera, ainda, de acordo com Bonfim e Silva (2003), uma identificação do desenvolvimento do Estado não

com os mecanismos de mercado, próprios do capitalismo, mas com os da autoridade pertencente a uma elite débil do ponto de vista econômico e dependente da União (SILVA, 2009).

Adicionalmente, à hipertrofia do setor público estadual pode-se acrescentar suas características de ineficiência e ineficácia, aliadas à falta de planejamento e à intempestividade das orientações de política pública, cujo traço marcante tem residido no assistencialismo, ou na desconsideração de parâmetros nacionais estabelecidos pelo governo federal, a partir de sua política de descentralização. De um lado, como do outro, parecem abundar a improvisação, a deficiência na implementação de critérios técnicos como norteadores de decisão, além, é claro, do clientelismo e da orientação patrimonialista na utilização do recurso público, ressaltado pelas sucessivas denúncias de malversação de recursos públicos que são constantemente veiculadas pela imprensa (BONFIM; SILVA, 2003, p. 103).

Dessa maneira, observa-se que o comportamento político ou que a representação política passa por mecanismos das trocas assimétricas, em que os candidatos travam uma competição até intrapartidária por votos, para realizar a manutenção de seus postos enquanto políticos profissionais. Desse modo, a representação se faz mais através das assistências às bases políticas do que o estado como um todo.

Mas, quando um partido ético, comprometido com os mais carentes ascende ao poder essa lógica muda? O Partido dos Trabalhadores – PT é um partido que acolhia tais características até os anos de 2003, porém o que tornava o PT um partido ético, transparente e comprometido com os mais carentes? Essa resposta será o alvo da próxima secção.

2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES – UM PERFIL ÉTICO E TRANSPARENTE?

O PT nasceu com forte apoio de segmentos da intelectualidade de esquerda brasileira, constituindo-se um partido de esquerda com pretensões revolucionárias, sendo, assim, visto como um partido que representava algo novo na história política brasileira. Sua bandeira principal era a derrocada do sistema autoritário e o reestabelecimento de uma democracia assentada nos ideais de ética, transparência e defesa dos menos favorecidos. Almejava, assim, expurgar o fisiologismo da política brasileira.

Desse modo, o PT criticava as experiências socialistas existentes, a burocratização do Estado e do partido, o modelo econômico centralizado, as formas políticas autoritárias, e ao mesmo tempo, assumia uma posição anticapitalista, procurando construir uma alternativa de poder democrática e socialista.

O PT em seu primeiro estatuto demonstrava uma recusa a fazer alianças políticas com os partidos detentores do grande capital e abria mão da máquina de marketing político, além disso, desejava que os representantes tivessem de fato as mesmas características dos representados. Essas medidas eram para que o PT não se tornasse um partido igual aos demais – um partido *Catch all* – Cata tudo o que vier pela frente, sem se preocupar com a bússola ideológica.

De acordo com Hunter (2007, p. 157):

[...] Lula fez repetidas advertências contra a possibilidade de os interesses eleitorais chegarem a dominar a agenda do partido, e enfatizou que era melhor o PT promover os seus programas e desenvolver um perfil ético e transparente do que ganhar eleições, se o preço da vitória fosse o de ser engolido pelo vendaval da corrupção da política brasileira. No discurso perista repetia-se o mantra de que as eleições eram “para valer” e não só “para ganhar”.

O PT dessa maneira mostrava-se um partido diferenciado dos demais, era visto como um partido ético e responsável com a sua agenda ideológica. É importante lembrar que o partido em tela não aceitava donativos de empresas privadas, por elas representarem o capital personificado.

Todavia, nas eleições de 2002 houve modificações, que se consubstanciaram no novo Estatuto do partido, aprovado em 2001, entre eles: a instituição dos processos de eleições diretas (PEDs) para as direções partidárias (em todos os níveis, com voto em separado para presidente; a ampliação para três anos do exercício do mandato das direções partidárias; a oficialização de mecanismos de consultas aos filiados (prévias, plebiscitos e referendos); e adoção da Carteira Nacional de Filiação, sem contar com as alianças, no período eleitoral de 2002 o PT faz aliança com o Partido Liberal – PL, partido alinhado com as elites políticas brasileira e a utilização do aparato de marketing através de Duda Mendonça, o PT mostrava uma nova roupagem e princípio, agora quer ganhar eleições a custos assumidos pelos demais partidos.

Contudo os documentos reiteraram os compromissos históricos com os valores e as concepções tradicionais sobre a responsividade da representação. Mantiveram-se inalterados nos textos os princípios de proporcionalidade nas disputas e de definição de todos os exercícios de representação, seja das direções partidárias, seja dos petistas eleitos para funções públicas.

Mais do que mudanças estatutárias, as transformações podem ser percebidas na prática cotidiana, cada vez mais orientada pela disputa no mercado eleitoral, sendo sinais desse processo as decisões de ampliar o arco de alianças e o pragmatismo na condução de campanhas eleitorais. Assim, observa-se que hoje o PT está bem mais flexível do que no passado, na qual

é formado por pessoas das mais diversas regiões do Brasil e que se alia a partidos antes inimigos, a exemplo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Essa postura custou ao PT o título de partido com maior número de corruptos do Brasil, de acordo com pesquisa de opinião. Observe o quadro abaixo:



Fonte: VENTURI, Gustavo. O PT e a opinião pública petista. Teoria e Debate, n. 70, março/Abril 2007.

De acordo com a pesquisa o PT fica entre o “céu” e o “inferno”, isto é, defende, na opinião dos entrevistados, mais os pobres e é o que mais tem político corrupto, segundo a percepção dos respondentes. Esse quadro é um retrato da mudança de postura institucional do Partido dos Trabalhadores após o pleito eleitoral de 2002. Com isso, perdendo a sua marca principal - a defesa da ética e transparência.

Esse reflexo se deve ao alinhamento que o PT teve que fazer para ser concorrente real nas disputas de lista aberta e no âmbito do Executivo, seja nacional, estadual ou municipal. Torna-se, assim um partido que busca a maximização dos votos e coloca suas bandeiras da ética e transparência de lado, a exemplo dos escândalos de caixa dois, o mensalão e o engavetamento das provas contra José Sarney em 2009, o então presidente do senado, no qual fora acusado com provas cabais, gravadas através de escutas telefônicas, mas o Executivo nacional e seus partidários ou votaram para o engavetamento ou se abstiveram.

3 OS DEPUTADOS ESTADUAIS PETISTAS DO PIAUÍ: Representação e Frutos Parlamentares

Observou-se que o Partido dos Trabalhadores – PT, mudou de rumos e de determinada maneira se alinha ao modelo dos partidos *Cath-all*, em particular, para buscar uma maximização dos seus votos na arena eleitoral, valendo até se aliar com partidos tradicionais e que antes combatia a exemplo do Partido Liberal – PL e do Partido da Mobilização Democrática do Brasil – PMDB. Pode-se afirmar que a representação dos seus parlamentares entra na órbita paroquial que denota Ames (2003)?

Para solucionar essa questão deve-se observar se os votos dos Deputados petistas são concentrados em alguns municípios ou são díspares. Assim, observa-se que a votação da Deputada Flora Isabel foi concentrada em Teresina (42,40% dos votos os outros foram divididos em muitos outros municípios), a votação do Deputado Cícero Magalhães foi concentrada em Teresina (45,26% dos votos os outros foram divididos em muitos outros municípios), a votação do Deputado Estadual Paulo Martins teve sua concentração em Campo Maior (46,50% dos votos os outros foram divididos em muitos outros municípios), a votação do Deputado Estadual Henrique Rebêlo teve a sua concentração em Teresina (67,43% dos votos os outros foram divididos em muitos outros municípios), e por fim, a votação do Deputado Estadual João de Deus foi concentrada em Teresina (34,60% dos votos os outros foram divididos em muitos outros municípios).

Pode-se afirmar que os deputados estaduais enviam seus frutos parlamentares (emendas parlamentares) somente aos municípios que mais obtiveram votos para realizar a sua manutenção? A solução dessa questão será observada de acordo com o envio das emendas parlamentares, quais dos municípios foram mais beneficiados.

As Emendas Parlamentares analisadas foram as que foram disponibilizadas para a pesquisa, pois as mesmas não são encontradas nos sites oficiais do governo e foram difíceis de serem adquiridas, principalmente pela inércia burocrática, são elas: 2006, 2007 e 2009, todas coletadas na Assembleia Legislativa.

Dados os anos de 2006, 2007 e 2009 a Deputada Flora Isabel produziu 75 emendas parlamentares, sendo que 44% foram direcionadas à Teresina, o Deputado Cícero Magalhães produziu 29 emendas parlamentares sendo que 21% foram direcionadas à Teresina, o Deputado João Henrique Rebêlo produziu 42 emendas parlamentares, sendo que 54,77% foram destinadas à Teresina, o Deputado Paulo Martins produziu 11 emendas parlamentares, sendo que 54,55%

foram destinados a Campo Maior, e por fim, o Deputado João de Deus produziu 45 emendas parlamentares, sendo que 31,2% foram enviadas a Teresina.

TABELA 01

Comparação das concentrações de votos com o destino das emendas parlamentares			
Deputados	Município de Concentração	Concentração (%)	Emendas (%)
Flora Isabel	Teresina	42,40	44
Cícero Magalhães	Teresina	45,26	21
Paulo Martins	Campo Maior	46,50	54,55
Henrique Rebêlo	Teresina	67,43	54,77
João de Deus	Teresina	34,60	31,2

A partir de uma análise da Tabela 01 observa-se que apenas o Deputado Cícero Magalhães não destinou uma percentagem de emendas semelhante à percentagem de votos para o seu município de concentração de votos. Os demais deputados destinam a maioria dos seus frutos parlamentares para o município de concentração de votos. Através dos dados, ainda, pode-se observar que a maioria dos deputados têm uma vertente eleitoral com a capital (Teresina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deputados estaduais piauienses petistas destinam as suas emendas parlamentares aos redutos de maior votação? Essa foi a questão que norteou a presente investigação. Ela não se fez minuciosa, mas comparativa em relação a localização do município de concentração dos votos com o destino das emendas parlamentares.

Detectou-se que o deputado estadual petista piauiense foi influenciado pelo sistema de *vote-maximizing* (maximização dos votos) que a instituição política brasileira produz via lista aberta e na intenção manter o seu posto político profissional. Assim, a investigação mostra que o PT não se difere de outros estudos que demonstram os partidos políticos brasileiros como alinhados ao *vote-maximizing*, pelo contrário, seus deputados piauienses investem muito em suas bases eleitorais para um retorno do voto nas próximas eleições.

Referências

- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BAHIA, Luiz. O poder do clientelismo. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BEZERRA, Marco O. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BONFIM, Washington; SILVA, Irismar. Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.º 21, p. 109-123, nov/2003.
- HUNTER, Wendy. Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do “sistema”. In. NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Editora UGMG, 2007.
- LEAL, Paulo R. O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LIMA, Solimar. O governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In. LIMA, Solimar; ASSUNÇÃO, Rosângela. **Governo e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro, Booklink, 2009.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta. In. _____; Timothy J. **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Editora UGMG, 2007.
- SILVA, Francisco R. **Do normativo ao empírico: um estudo da participação da sociedade civil piauiense no programa de crédito fundiário**. Teresina, Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Públicas da UFPI, 2009.
- VENTURI, Gustavo. O PT e a opinião pública petista. **Teoria e Debate**, n. 70, março/Abril 2007.